

## Contas Nacionais Anuais – Base 2016

1995 – 2018

*Versão às 19h45m*

*Retificada a linha do Consumo Privado no Quadro 1, página 4*

### **PIB aumentou em volume 3,5 % em 2017 e 2,4% em 2018 atingindo 203 896 milhões de euros em 2018**

Em conformidade com o respetivo calendário de divulgação, são hoje disponibilizadas Contas Nacionais anuais finais para 2017 e provisórias para 2018, tendo como referência a base 2016, que substitui a anterior base 2011.

O crescimento do PIB em 2017 situou-se em 3,5% em volume, sendo de destacar o elevado crescimento do Investimento (11,9%). Em 2018, o PIB aumentou 2,4% em volume, mantendo-se o Investimento como a componente mais dinâmica (crescimento de 6,2%).

Comparativamente com resultados anteriormente divulgados para 2017 e 2018, as Contas Nacionais agora disponibilizadas revelam um maior crescimento económico embora se mantenha a indicação de aceleração em 2017 seguida de abrandamento em 2018.

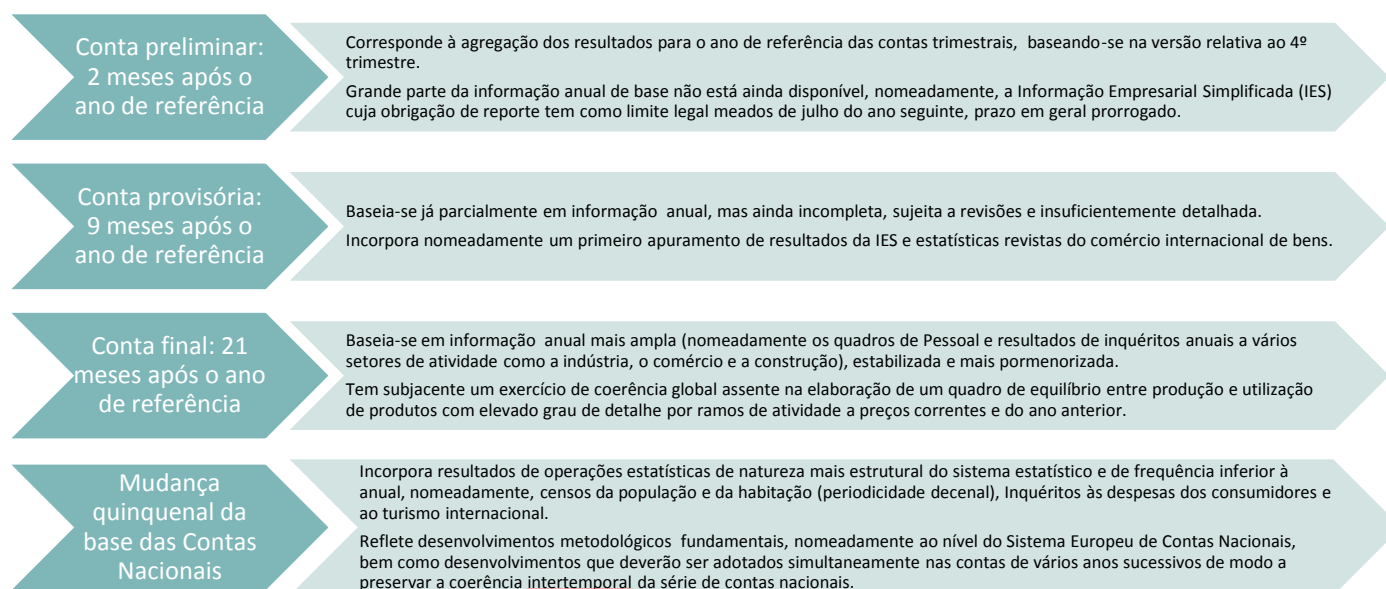
Inicia-se com esta publicação a nova série de Contas Nacionais, que substitui 2011 por 2016 como ano de referência e que, tal como as anteriores, se inicia em 1995. Esta mudança de base insere-se nas revisões regulares, que se realizam de 5 em 5 anos, com o objetivo de introduzir desenvolvimentos metodológicos e incorporar resultados de fontes cuja disponibilização de informação tem uma frequência mais baixa que a anual, visando dessa forma obter uma representação mais exata da atividade económica.

Nesta mudança, as alterações metodológicas foram menos relevantes que as verificadas na anterior, a qual refletiu a adoção do Sistema Europeu de Contas Nacionais SEC2010 em lugar do SEC95. Neste contexto e apesar da incorporação de nova informação, o PIB obtido para 2016 na conta final na nova base diverge apenas em 9,4 milhões de euros (0,005%) do valor final apurado na base anterior para o mesmo ano, embora se tenham verificado algumas alterações na sua composição. Consequentemente, a taxa de variação em volume do PIB em 2016 foi revista de 1,9% para 2%.

As revisões dos valores do PIB, provisório de 2017 e preliminar de 2018 (ver figura seguinte com o ciclo de compilação de contas nacionais anuais) estimados na base de 2011, refletem sobretudo a incorporação de informação então não disponível, nomeadamente ao nível de alguns setores de atividade e da Balança de Pagamentos e, em menor grau, a alteração da composição do PIB em consequência da mudança de base. Na revisão do nível do PIB de 2017 em 0,7%, aproximadamente 0,5 pontos percentuais (p.p.) correspondem a uma revisão em alta da Formação bruta de capital, essencialmente FBCF em construção e Variação de existências, e 0,2 p.p. à revisão dos dados do comércio internacional de bens e serviços, particularmente das Exportações de serviços.

As revisões do PIB de 2017 e 2018, acarretaram consequentemente alterações das taxas anuais de crescimento nominal e em volume. Em 2017, a taxa de crescimento nominal foi revista de 4,4% para 5,1% e a de volume de 2,8% para 3,5%. Em 2018, o crescimento nominal foi revisto de 3,6% para 4,1% e o real de 2,1% para 2,4%.

Figura 1 – Ciclo de Compilação das Contas Nacionais anuais



O resto desta publicação está organizado da seguinte forma: na próxima secção são apresentados os principais resultados económicos expressos na base 2016 e, na seguinte, abordam-se mais pormenorizadamente as revisões efetuadas.

## I. Principais resultados macroeconómicos

No quadro seguinte, com os últimos 5 anos completos da série atual das contas nacionais, são apresentados alguns dos principais resultados obtidos sendo de destacar:

- A aceleração do PIB em volume até 2017, estimando-se um abrandamento em 2018.
- Após variações reais negativas em 2014 do Consumo privado (Despesa em consumo final das famílias e das instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias) e do Consumo público (Despesa em consumo final das Administrações Públicas), observaram-se variações positivas destes dois agregados, entre 2,0% e 3,1% no primeiro caso, e entre 0,2% e 0,9% no segundo caso.
- O Investimento (Formação bruta de capital) apresentou taxas de crescimento real positivas em todos os anos, notando-se uma desaceleração em 2016 a que se seguiu uma forte aceleração em 2017 e novo abrandamento em 2018.

- As Exportações registaram o crescimento mais elevado em 2017 tal como o Investimento, desacelerando também em 2018.
- As Importações cresceram praticamente ao mesmo ritmo em 2014, 2015 e 2017, e registaram aumentos mais moderados em 2016 e 2018.
- Entre 2014 e 2018, há uma alteração da composição do PIB, com a redução da importância relativa do consumo privado e do consumo público, e um aumento da importância do Investimento, das Exportações e das Importações.
- Os índices de preços implícitos no PIB e no Consumo privado registaram ambas evoluções moderadas, embora mais baixa no segundo caso.
- A economia beneficiou de ganhos de termos de troca nos três primeiros anos, particularmente em 2015, situação que se inverteu nos dois últimos anos.
- O PIB *per capita* atingiu um valor próximo de 20 mil euros em 2018, apresentando taxas de crescimento nominal superiores a 4% desde 2015.
- O Rendimento disponível das famílias, apresenta variações positivas desde 2015 atingindo o crescimento mais elevado em 2018 (4,4%).
- As Remunerações (massa salarial) não têm um comportamento temporal inteiramente coincidente com o rendimento disponível, tendo registado logo em 2014 uma variação ligeiramente positiva e atingindo o seu maior crescimento anual em 2017.
- A Taxa de poupança das famílias aumentou ligeiramente até 2016, diminuindo posteriormente para 6,5% do Rendimento disponível em 2018.
- Em termos de conta do resto do mundo e para o quinquénio apresentado, a economia portuguesa registou um saldo positivo entre 1,2% e 1,8% do PIB.
- Em termos de setores institucionais internos, é de salientar a redução da necessidade de financiamento das AP (de -7,4% do PIB em 2014, para -0,4% em 2018), registando-se alteração de sinal do saldo das Sociedades não financeiras em 2016 e uma pequena redução da capacidade de financiamento das Famílias.
- O Emprego (pessoas empregadas) aumentou a uma taxa superior ao crescimento em volume do PIB em 2014, registando posteriormente variações inferiores às do PIB.

Quadro 1 – principais indicadores económicos obtidos com a Base 2016

	Unidade	2014	2015	2016	2017	2018Po
<b>PIB (ótica da despesa)</b>		<b>0,8</b>	<b>1,8</b>	<b>2,0</b>	<b>3,5</b>	<b>2,4</b>
Consumo privado	%	2,4	2,0	2,6	2,1	3,1
Consumo público	(taxa de variação, volume)	-0,6	0,8	0,8	0,2	0,9
Formação bruta de capital		4,1	5,9	2,5	11,9	6,2
Exportação de bens e serviços		4,3	6,3	4,4	8,4	3,8
Importação de bens e serviços		7,9	8,0	5,0	8,1	5,8
<b>Estrutura do PIB</b>						
Consumo privado		66,1	65,6	65,4	64,6	64,8
Consumo público	%	18,4	17,9	17,6	17,2	17,0
Formação bruta de capital		15,3	15,9	15,8	17,2	18,1
Exportação de bens e serviços		40,2	40,6	40,2	42,7	43,5
Importação de bens e serviços		-40,1	-39,9	-39,1	-41,7	-43,4
<b>Deflatores implícitos</b>						
PIB	% (taxa de variação)	0,7	2,0	1,7	1,5	1,6
Consumo privado		0,2	0,9	1,0	1,6	1,3
Termos de troca		1,0	3,2	1,6	-0,8	-0,3
	Euro	16.638	17.350	18.061	19.023	19.827
PIB per capita a preços correntes	Taxa de variação %	2,0	4,3	4,1	5,3	4,2
Rendimento disponível bruto das famílias e ISFLSF	% (taxa de variação)	-0,3	3,4	3,8	3,1	4,4
Remunerações (massa salarial)		0,2	2,7	3,6	6,0	5,4
Taxa de poupança bruta correntes das famílias e ISFLSF	% do Rendimento disponível	6,8	6,9	7,0	6,6	6,5
<b>Capacidade (+) /necessidade (-) líquida de financiamento</b>						
<b>Total da economia</b>		<b>1,2</b>	<b>1,2</b>	<b>1,5</b>	<b>1,8</b>	<b>1,2</b>
Sociedades não financeiras		2,1	0,2	-0,8	-1,2	-3,2
Sociedades financeiras	% do PIB	4,1	3,2	1,9	4,1	3,0
Administrações públicas		-7,4	-4,4	-1,9	-3,0	-0,4
Famílias e ISFLSF		2,3	2,4	2,3	1,9	1,8
Resto do Mundo		-1,2	-1,2	-1,5	-1,8	-1,2
<b>Emprego (pessoas empregadas)</b>	% (taxa de variação)	1,4	1,4	1,6	3,3	2,3

## II. Revisões

### II.1. Nova base das Contas Nacionais Portuguesas – Base 2016

Inicia-se hoje a divulgação da nova de série de Contas Nacionais Portuguesas, tendo 2016 como ano de referência. A atualização regular quinzenal do ano de referência das Contas Nacionais é uma prática corrente nos países da União Europeia, que deverá ser concretizada por mais de 20 países em 2019.

Como vem sendo prática, simultaneamente com a publicação da base 2016, o INE disponibiliza séries retrospectivas, anuais e trimestrais, completas e consistentes, desde 1995 até ao segundo trimestre de 2019. A informação agora divulgada inclui, pela primeira vez, resultados detalhados  **finais**  para 2017, e resultados  **provisórios**  para 2018.

Toda a nova série está disponível no portal do INE na área dedicada às Contas Nacionais, tendo sido criada uma nova entrada, designada "Contas Nacionais - SEC2010, base 2016". Para que não haja perda de informação, foram mantidas as anteriores entradas na mesma área para as bases 2006 e 2011.

Em resumo, as principais alterações introduzidas foram de dois tipos:

a) Apropriação de nova informação:

- Inquérito às despesas das famílias.
- Inquérito ao turismo internacional com impacto no nível e sobretudo na repartição das despesas de turismo entre negócios e lazer e entre bens e serviços, com reflexos na repartição destas despesas em (i) consumo final e consumo intermédio e (ii) comércio internacional de bens e comércio internacional de serviços;
- Nova série da Balança de Pagamentos (sendo de destacar na perspetiva do cálculo do PIB a informação sobre turismo, serviços de transporte e comércio eletrónico);
- Maior detalhe de informação de natureza fiscal disponibilizada pela Autoridade Tributária;

b) Desenvolvimentos metodológicos:

- Alteração do método de cálculo do Consumo de capital fixo dos ativos intangíveis, sendo substituída a função de depreciação linear retardada por uma função geométrica (conforme recomendação do Eurostat);
- Alteração da afetação das vendas de veículos automóveis em Despesa de consumo final das famílias e Investimento, com base em informação detalhada sobre o Imposto Único de Circulação;
- Reclassificação de unidades institucionais;
- Reclassificação de transações, nomeadamente de despesas anteriormente registadas como Consumo final das Administrações Públicas para Despesas de consumo final das famílias;
- Registo das rendas imputadas pela utilização sazonal de habitações secundárias detidas por não residentes.

Como referido estas alterações tiveram pouco impacto no nível do PIB mas tiveram consequência na sua composição, como se pode observar no quadro seguinte:

Quadro 2 – Revisão no ano base de 2016 dos principais agregados da despesa

	2016		
	Base 2011	Base 2016	Revisão
<b>Despesa de consumo final residentes</b>	<b>155 086</b>	<b>154 824</b>	<b>- 262</b>
Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF (1)	121 789	122 024	236
Despesa de consumo final das AP (2)	33 297	32 800	- 497
<b>Formação bruta de capital</b>	<b>29 319</b>	<b>29 526</b>	<b>207</b>
<b>Exportações de bens e serviços</b>	<b>74 619</b>	<b>74 989</b>	<b>370</b>
<b>Importações de bens e serviços</b>	<b>72 543</b>	<b>72 849</b>	<b>306</b>
<b>Produto Interno Bruto a preços de mercado</b>	<b>186 480</b>	<b>186 490</b>	<b>9</b>

Notas: (1) ISFLSF – Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (2) AP – Administrações Públicas

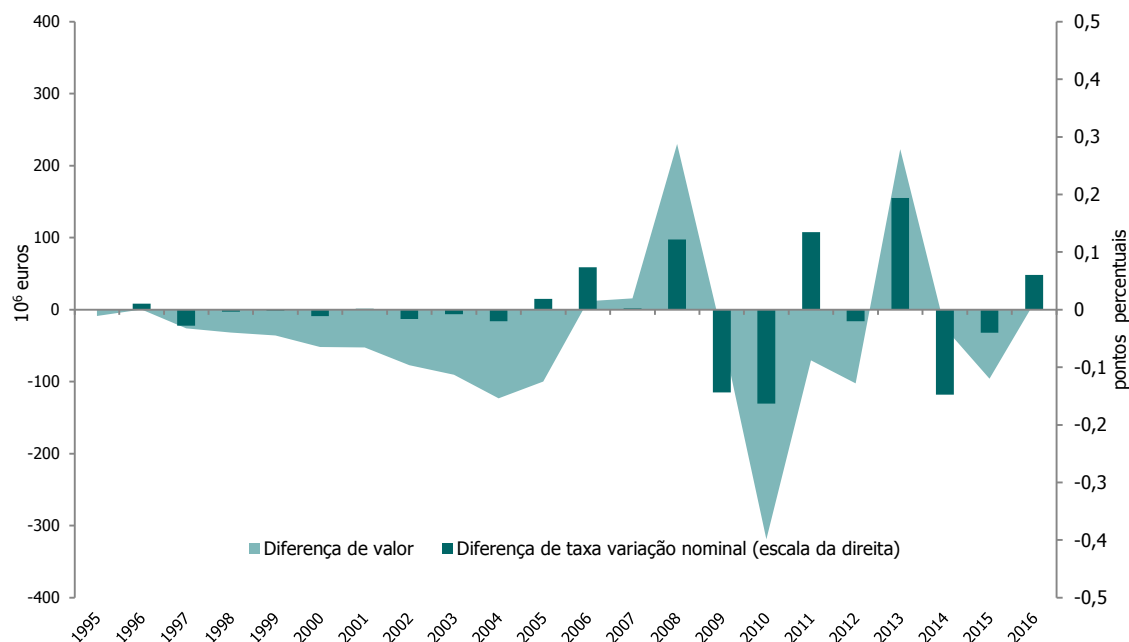
Sobre estas alterações é de referir o seguinte:

- A Despesa de consumo final das famílias foi revista 236 milhões em alta, traduzindo o efeito líquido de dois efeitos de sentidos opostos. No sentido positivo, alterações nos registos de compras *online* ao exterior por residentes, da aquisição de serviços de transportes aéreos, e de reclassificações como aquisição de serviços pelas famílias às Administrações Públicas de despesas anteriormente consideradas como Despesa de consumo final das AP. No sentido negativo, recomposição da aquisição de veículos automóveis entre particulares e empresas e reavaliação em baixa das despesas dos residentes com turismo fora do território económico.

- A Despesa de consumo final das AP foi reavaliada em menos 497 milhões de euros, traduzindo a diminuição do Consumo de capital fixo estimado; a reclassificação como consumo das famílias de despesas anteriormente registadas no consumo final das AP; e o impacto de outras reclassificações (unidades institucionais ou transações).
- A Formação bruta de capital fixo foi reavaliada em mais 207 milhões de euros fundamentalmente devido à reclassificação de despesa com aquisição de veículos automóveis do setor das famílias para o setor das sociedades; à reavaliação em alta do investimento em plantações); e à reclassificação para FBCF de transações anteriormente registadas em consumo intermédio ou final.
- As Exportações de bens e serviços foram revistas em alta em 370 milhões, refletindo sobretudo novos dados da balança de pagamentos e, em menor grau, a consideração de rendas imputadas pela utilização sazonal de habitações secundárias detidas por não residentes.
- As Importações de bens e serviços foram reavaliadas em mais 306 milhões de euros, refletindo sobretudo a nova estimativa para o comércio eletrónico de bens.

A série do PIB em base 2016 não registou alterações expressivas relativamente à base 2011, sendo a revisão média anual de -0,02% no período 1995-2016 (ver gráfico seguinte). As maiores revisões incidiram sobre 2008, 2010 e 2013, cujas taxas de variação passaram de 1,9%, 2,6% e 1,1% em base 2011, para 2,1%, 2,4% e 1,3%, respetivamente.

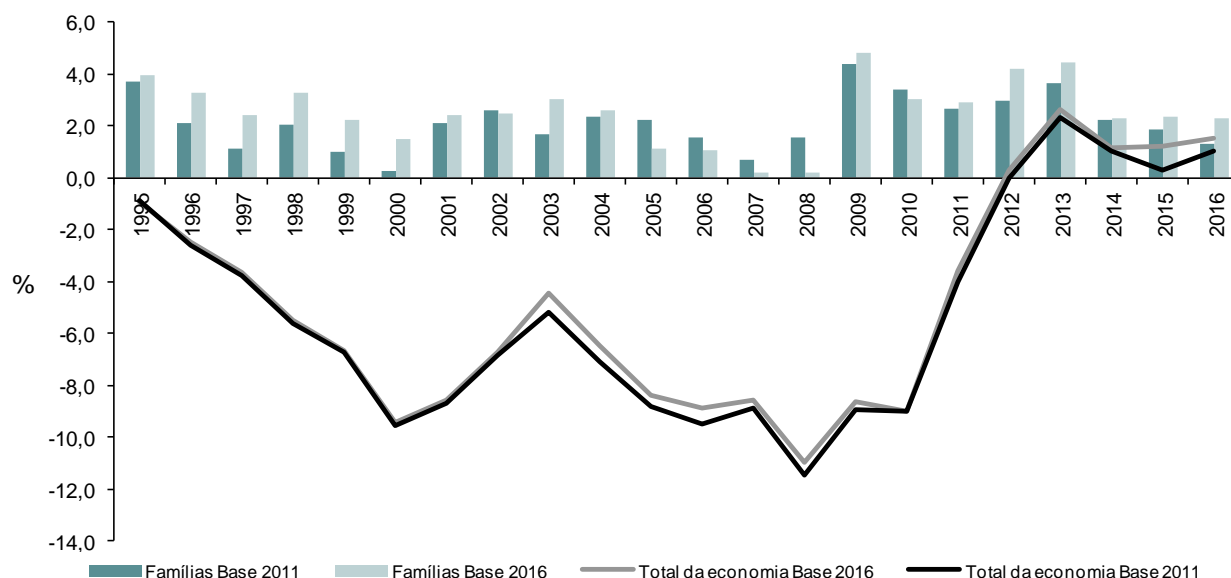
Gráfico 1 – Revisões do Produto Interno Bruto – Base 2016 versus Base 2011



## A capacidade/necessidade de financiamento da economia portuguesa foi revista em alta em média anual 0,3% do PIB

Ao nível das contas por setor institucional<sup>1</sup>, a mudança de base determinou uma revisão do saldo da conta do resto mundo (CRM). No período de 1995 a 2016 a Capacidade/necessidade de financiamento da economia foi revista em alta, registando um incremento médio anual de 0,3% relativamente à base 2011. Este resultado refletiu sobretudo a revisão das séries da Balança de Pagamentos, que serão publicadas em outubro, e a uma maior convergência dos procedimentos de compilação das duas estatísticas, beneficiando da cooperação do Departamento de Estatística do Banco de Portugal. Entre outras alterações da informação de base utilizada para a elaboração da CRM é de sublinhar a revisão em alta das Prestações sociais recebidas do exterior com impacto positivo no Rendimento disponível das famílias e consequente aumento da respetiva taxa de poupança. Adicionalmente o Rendimento disponível das famílias beneficiou ainda da reclassificação de rendimentos de propriedade do setor das Sociedades não financeiras, na sequência da incorporação de nova informação sobre a distribuição de lucros e estruturas de participações no capital das empresas. Refira-se que a Taxa de poupança das famílias em 2016 era 5% na base anterior, sendo agora 7%, e a capacidade de financiamento aumentou de 1,3% do PIB na base anterior para 2,3%.

Gráfico 2 – Capacidade/ Necessidade de Financiamento – Base 2016 versus Base 2011



## II.2 O PIB em 2017 fixou-se em 195 947 milhões de euros

O valor do Produto Interno Bruto foi 195 947 milhões de euros em 2017, o que correspondeu a um aumento de 5,1% em valor, repartindo-se num crescimento de 3,5% em volume e numa variação dos preços implícitos no PIB de 1,5%.

Os resultados agora apresentados reavaliam em alta o valor nominal do PIB em 1 334 milhões de euros, que correspondeu a mais 0,7 pontos percentuais (p.p.) nas taxas de crescimento nominal e em volume, uma vez que o

<sup>1</sup> A informação sobre as Contas de setores encontra-se anexa ao destaque das Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2016), hoje publicado.

deflator do PIB se manteve inalterado. Como referido anteriormente, a revisão traduz duas diferenças de fundo face à versão provisória anteriormente divulgada: i) têm natureza de dados  *finais*, utilizando maior volume e um maior grau de detalhe de informação estatística; ii) e, em menor grau, o efeito da alteração da composição do PIB com a nova base 2016.

No quadro seguinte apresentam-se as alterações dos principais agregados face aos valores provisórios, destacando-as as revisões ao nível do investimento e do comércio internacional.

Quadro 3 – Resultados e revisões nominais para os principais agregados da despesa em 2017

	2017				
	Valor (10 <sup>6</sup> €)		Revisão		Contributos (p.p.)
	Base 2011 (Po)	Base 2016	(10 <sup>6</sup> €)	(%)	
<b>Despesa de consumo final residentes</b>	<b>160 195</b>	<b>160 214</b>	<b>18,6</b>	<b>0,01</b>	<b>0,01</b>
Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF (1)	126 159	126 541	382,2	0,30	0,20
Despesa de consumo final das AP (2)	34 037	33 673	-363,6	-1,07	-0,19
<b>Formação bruta de capital</b>	<b>32 858</b>	<b>33 755</b>	<b>897,4</b>	<b>2,73</b>	<b>0,46</b>
Recursos biológicos cultivados	499	533	34,2	6,85	0,02
Outras máquinas e equipamentos e sistemas de armamento	8 181	7 920	-260,4	-3,18	-0,13
Equipamento de transporte	2 874	2 974	100,1	3,48	0,05
Construção	15 749	16 262	513,9	3,26	0,26
Produtos de propriedade intelectual	4 988	5 198	209,7	4,20	0,11
Aquisições líquidas de cessões de objetos de valor	139	135	-4,1	-2,94	0,00
Variação de existências (contributo em p.p.)	429	733	-	-	0,16
<b>Exportações de bens e serviços</b>	<b>83 098</b>	<b>83 717</b>	<b>618,5</b>	<b>0,74</b>	<b>0,32</b>
Exportação de bens (FOB)	58 333	57 499	-833,7	-1,43	-0,43
Exportação de serviços	24 765	26 218	1452,2	5,86	0,75
<b>Importações de bens e serviços</b>	<b>81 538</b>	<b>81 739</b>	<b>200,8</b>	<b>0,25</b>	<b>0,10</b>
Importação de bens (FOB)	68 765	68 525	-240,2	-0,35	-0,12
Importações de serviços	12 774	13 214	440,9	3,45	0,23
<b>Produto Interno Bruto a preços de mercado</b>	<b>194 613</b>	<b>195 947</b>	<b>1333,7</b>	<b>0,69</b>	<b>0,69</b>

Notas: (1) ISFLSF – Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (2) AP – Administrações Públicas

No consumo final dos residentes verificou-se essencialmente uma recomposição, com o aumento da Despesa de consumo das famílias e a diminuição da Despesa de consumo das AP. A Formação bruta de capital apresentou o maior contributo para a revisão do PIB (0,46 p.p.), destacando-se a reavaliação da construção em cerca de 500 milhões de euros (+0,26 p.p.), dos produtos de propriedade intelectual (+0,11 p.p., essencialmente com a apropriação dos dados finais e detalhados por empresa do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico) e da Variação de existências (+0,16 p.p.). A FBCF em outras máquinas e equipamentos e sistemas de armamento foi revista em baixa em 260 milhões de euros (-0,13 p.p.).

O comércio internacional de bens e serviços contribuiu com cerca de 420 milhões de euros, o equivalente a 0,22 p.p., com as Exportações a serem revistas em mais 618 milhões de euros e as Importações em mais 201 milhões de euros. A alteração na procura externa líquida resultou essencialmente da revisão em alta das exportações de serviços, designadamente das exportações de serviços de turismo, em consequência da apropriação pelas Contas Nacionais das novas séries da Balança de pagamentos. Adicionalmente, refletindo sobretudo o efeito da mudança de base com a



incorporação dos dados do inquérito ao Turismo Internacional, houve lugar a uma recomposição dos pesos relativos dos bens e dos serviços, favorável a estes últimos.

### A revisão do PIB de 2017 veio revelar um crescimento económico mais acentuado que o estimado anteriormente

Conforme o quadro revela, em consequência das revisões efetuadas, o crescimento do PIB em volume foi superior ao anteriormente estimado, sendo de realçar o crescimento mais expressivos do Investimento (de 9,2% para 11,9%).

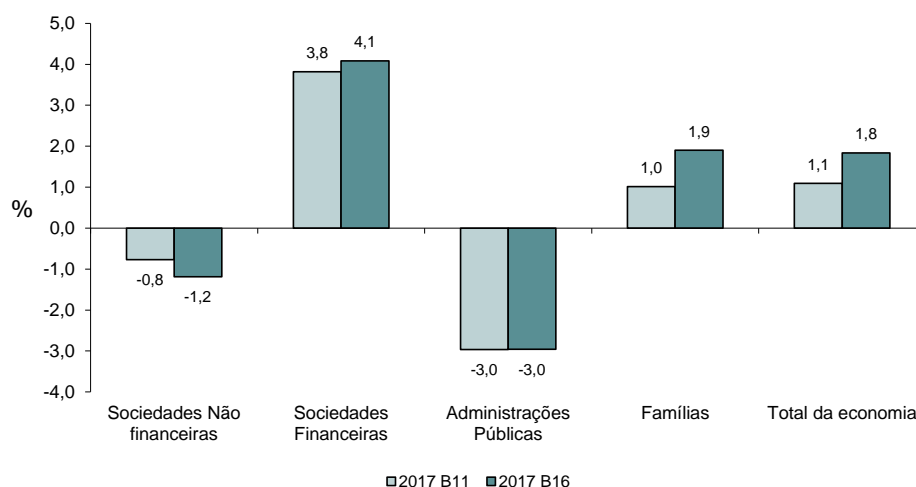
Quadro 4 – Revisões em volume para os principais agregados da despesa em 2017

	2017		
	Variação em volume (%)		
	Base 2011 (Po)	Base 2016	Diferença (p.p.)
<b>Despesa de consumo final residentes</b>	<b>1,8</b>	<b>1,7</b>	<b>-0,1</b>
Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF (1)	2,3	2,1	-0,2
Despesa de consumo final das AP (2)	0,2	0,2	0,0
<b>Formação bruta de capital</b>	<b>9,2</b>	<b>11,9</b>	<b>2,7</b>
Recursos biológicos cultivados	0,8	0,7	-0,1
Outras máquinas e equipamentos e sistemas de armamento	14,4	11,9	-2,5
Equipamento de transporte	10,7	13,8	3,1
Construção	8,3	12,2	3,9
Produtos de propriedade intelectual	3,4	8,8	5,4
Aquisições líquidas de cessões de objetos de valor	18,4	17,6	-0,8
Variação de existências (contributo em p.p.)	0,0	0,1	0,1
<b>Exportações de bens e serviços</b>	<b>7,8</b>	<b>8,4</b>	<b>0,6</b>
Exportação de bens (FOB)	6,7	6,1	-0,6
Exportação de serviços	11,0	13,7	2,7
<b>Importações de bens e serviços</b>	<b>8,1</b>	<b>8,1</b>	<b>0,0</b>
Importação de bens (FOB)	8,1	8,3	0,2
Importações de serviços	7,7	7,2	-0,5
<b>Produto Interno Bruto a preços de mercado</b>	<b>2,8</b>	<b>3,5</b>	<b>0,7</b>

Notas: (1) ISFLSF – Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (2) AP – Administrações Públicas

As contas dos setores institucionais na nova série revelam também diferenças relativamente à versão anterior, em consequência fundamentalmente dos efeitos de mudança de base já atrás referidos, verificando-se uma revisão em alta da capacidade de financiamento da economia e entre os setores internos, como melhoria do saldo das famílias e redução do saldo das sociedades não financeiras.

Gráfico 3 – Capacidade/Needade de financiamento em 2017, por setor institucional, na base 2011 e na base 2016



### II.3 O valor provisório estimado para o PIB de 2018 situa-se em 203 896 milhões de euros

Estima-se que, em 2018, o PIB tenha totalizado 203 896 milhões de euros, correspondente a uma taxa de variação nominal de 4,1% e a uma taxa de variação em volume de 2,4%, respetivamente, mais 0,5 p.p. e 0,3 p.p. que os valores anteriormente apurados. Por componentes de despesa e em termos de variações reais, são de realçar as revisões em alta da Despesa de consumo final das famílias, do Investimento e das Importações.

Quadro 5 – Resultados e revisões para os principais agregados da despesa em 2018

	2018					
	Valor (10 <sup>6</sup> €)		Revisão	Variação em volume (%)		
	Base 2011 (Po)	Base 2016		Base 2011 (Po)	Base 2016	Diferença (p.p.)
<b>Despesa de consumo final residentes</b>	<b>165 961</b>	<b>166 744</b>	<b>783</b>	<b>2,2</b>	<b>2,6</b>	<b>0,4</b>
Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF (1)	131 008	132 161	1153	2,6	3,1	0,5
Despesa de consumo final das AP (2)	34 953	34 583	-370	0,8	0,9	0,1
<b>Formação bruta de capital</b>	<b>35 349</b>	<b>36 975</b>	<b>1627</b>	<b>5,5</b>	<b>6,2</b>	<b>0,7</b>
Recursos biológicos cultivados	510	552	42	0,8	2,6	1,8
Outras máquinas e equipamentos e sistemas de armamento	8 707	8 476	-231	7,3	8,2	0,9
Equipamento de transporte	2 985	3 200	215	3,6	5,6	2,0
Construção	16 903	18 012	1109	3,1	4,6	1,5
Produtos de propriedade intelectual	5 310	5 601	291	4,9	6,3	1,4
Aquisições líquidas de cessões de objetos de valor	171	171	0	23,1	26,8	3,7
Variação de existências (contributo em p.p.)	762	963	201	0,2	0,1	-0,1
<b>Exportações de bens e serviços</b>	<b>87 873</b>	<b>88 739</b>	<b>866</b>	<b>3,7</b>	<b>3,8</b>	<b>0,1</b>
Exportação de bens (FOB)	61 590	60 781	-809	3,6	3,6	0,0
Exportação de serviços	26 283	27 958	1675	3,8	4,4	0,6
<b>Importações de bens e serviços</b>	<b>87 571</b>	<b>88 562</b>	<b>992</b>	<b>4,9</b>	<b>5,8</b>	<b>0,9</b>
Importação de bens (FOB)	74 060	74 212	152	5,1	5,7	0,6
Importações de serviços	13 510	14 350	839	3,6	6,5	2,9
<b>Produto Interno Bruto a preços de mercado</b>	<b>201 613</b>	<b>203 896</b>	<b>2284</b>	<b>2,1</b>	<b>2,4</b>	<b>0,3</b>

Notas: (1) ISFLSF – Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (2) AP – Administrações Públicas

As revisões da capacidade/necessidade de financiamento por setor institucional em 2018, prenderam-se com os fatores já identificados, a que acresceu o impacto da incorporação de informação não disponível na elaboração da conta preliminar de 2018, particularmente sobre o setor financeiro.

Gráfico 4 – Capacidade/Necessidade de financiamento em 2018 por setor institucional na base 2011 e na base 2016

